

03.abr.2024

LVNT



PANORAMA
POLÍTICO

Relatório Brasil

Política



Analista Político
Felipe Berenguer



O efeito eleições

Mesmo na volta do feriado neste início de abril, o movimento em Brasília deve seguir esvaziado e voltar apenas na próxima semana – a partir de terça-feira (9). O principal motivo é o fim, na próxima sexta (5), da janela partidária das eleições municipais de 2024. A janela é um período que foi determinado pela legislação eleitoral – após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as cadeiras legislativas pertencerem aos partidos, e não aos membros eleitos – para que parlamentares possam mudar de legenda sem prejuízo de exercerem seus cargos.

No Senado, apenas algumas comissões têm reunião marcada e a agenda segue esvaziada no plenário, em meio à volta de parlamentares aos seus redutos políticos e a costura de apoios e candidaturas no âmbito das eleições municipais. Na Câmara dos Deputados, o clima é semelhante: nem mesmo as comissões permanentes devem ter reuniões, tampouco estão marcadas sessões plenárias.

Aproveitando a capital federal esvaziada, o Executivo deve promover uma série de viagens a



estados com o presidente Lula, a fim de inaugurar obras e estreitar relações na política subnacional. Entre a equipe econômica, os técnicos se debruçam sobre a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, a ser enviado ao Congresso até o dia 15 deste mês. Nessa seara, o debate sobre a manutenção, ou mudança, da meta de resultado primário (sinalizada, na última LDO, para objetivo de 0,5% do PIB de superávit) deve trazer alguma volatilidade para os ativos locais.

O efeito eleições

Ainda, espera-se que sejam apresentadas as propostas legislativas para a regulamentação da reforma tributária sobre o consumo, cujo calendário apertado preocupa parte do mercado e da Fazenda. O governo não garante o envio das propostas nesta primeira quinzena, mas tem sido pressionado por congressistas que enxergam uma janela de análise apertada em função do segundo semestre cuja prioridade será a eleição municipal. Não obstante, nosso cenário-base ainda é de aprovação dos Projetos de Lei Complementar, com algum prejuízo marginal para o desenho original da reforma.

Destaque, ainda, para o envio esperado de um Projeto de Lei referente à segunda fase da reforma tributária (sobre a renda), mais enxuto que o esperado inicialmente. Como a PEC da reforma sobre o consumo exigia envio, pelo Executivo, de proposta em até 180 dias, o governo optou apenas por encaminhar mudanças pontuais sobre o Imposto de Renda incidente sobre aplicações financeiras e deixar temas mais espinhosos para, no mínimo, 2025. Ainda assim, não é garantia que o PL antecipado seja aprovado no Congresso.

No geral, portanto, o noticiário político deve ficar mais esvaziado na primeira metade de abril, quando entrarão em cena variáveis bastante relevantes para os mercados e o curto prazo dos ativos locais. Até lá, será importante separar fatos dos ruídos e apurar melhor as informações repassadas aos investidores.



1. Brasília pegando fogo

A política será determinante para o rumo dos ativos no curto prazo.

2. Risco elevado

Os mercados ficarão mais sensíveis que o usual em relação ao fator de risco político.

3. Cenário normal

Investidores devem esperar impactos rotineiros de acordo com novos acontecimentos políticos.

4. Leve impacto

A política deve trazer alguma alteração leve nos mercados.

5. Semana calma

Os mercados não devem reagir ao cenário político.

Destaques econômicos



A novela da Medida Provisória 1202

A Medida Provisória 1202/2023, alvo de muitas polêmicas desde o início do ano, segue sem avanço no Legislativo e, no último capítulo da novela, renovou o mal-estar entre governo e congressistas. O Senado, liderado pelo seu presidente, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), estendeu a vigência da MP 1202/2023, nesta terça (02), mas retirou o trecho que reonera a folha de pagamentos dos municípios via aumento da alíquota previdenciária, gerando um impacto orçamentário de R\$ 10 bilhões.

Esta decisão repercutiu muito negativamente dentro do Ministério da Fazenda, que está considerando contestar a medida no Supremo Tribunal Federal (STF). A medida tem um impacto significativo em municípios menores, prevenindo um aumento de encargos que estava programado para ocorrer.

A atuação do presidente do Senado, ao modificar parcialmente uma Medida Provisória, criou um precedente atípico, mantendo disposições favoráveis ao setor de eventos. O Executivo expressa preocupação com a possibilidade de futuras modificações unilaterais em MPs e debate a legalidade desta ação específica.



Destaques econômicos

A novela da Medida Provisória 1202



O desacordo acentuou-se pela falta de comunicação clara entre o Senado e o governo, particularmente entre o presidente do Senado e o Ministério da Fazenda, comandado por Fernando Haddad. A tensão se reflete no debate sobre a reoneração municipal e nas divergências em torno da renegociação da dívida dos estados com a União, ilustrando diferentes abordagens políticas e econômicas.

O presidente do Senado defende uma estratégia mais abrangente para a renegociação de dívidas e a gestão de ativos estatais, em contraste com a proposta mais restrita do Ministério da Fazenda. Enquanto o Senado e o Executivo continuam a negociar, o cenário político brasileiro fica marcado por uma dinâmica de confronto e negociação, onde o equilíbrio entre poderes é constantemente testado. No curto prazo, espera-se uma tentativa de negociação entre as partes em busca de uma solução viável, mas o passo seguinte seria, muito provavelmente, o acionamento da Justiça para resolver o imbróglio.

O resultado dessas negociações terá implicações significativas para a governança fiscal e a estabilidade política do país – em uma espécie de cabo de guerra, entre Executivo e Legislativo, para se eximir da culpa de uma eventual mudança de meta primária ainda neste ano.



Elmar Nascimento

Apadrinhado de Arthur Lira (PP-AL), atual presidente da Câmara dos Deputados, e um dos postulantes à sucessão do alagoano nas próximas eleições legislativas, marcadas para fevereiro de 2025, o deputado Elmar Nascimento (União-BA) vai se consolidando como um dos principais nomes da disputa pelo comando da Câmara.

A antecipação da corrida tem sido inevitável em meio ao clima de articulações políticas, a nível regional, envolvendo as eleições municipais de 2024. Isto ocorre a despeito do recado de Lira para que a competição seja adiada ao máximo – o atual líder da Casa chegou a procurar, na volta deste recesso, todos os pré-candidatos Casa para demonstrar sua preocupação com um último ano de mandato legislativo esvaziado.

Nascimento pretende promover viagens ao redor do país já em 2024. Tradicionalmente, as campanhas para as eleições legislativas ocorrem no mês anterior aos pleitos – nesse caso, janeiro de 2025.

O deputado baiano também busca aproximação com importantes figuras do MDB, tendo se reunido com o ex-presidente, Michel Temer, e o governador Helder Barbalho (PA) e acabou irritando parte dos emedebistas que defendem candidatura própria à Câmara.

O Executivo, por ora, não quer sinalizar nenhum apoio precoce a nenhum dos postulantes ao comando da Casa a partir de 2025. Apesar de ter proximidade com Elmar Nascimento e buscar um acordo com Arthur Lira para a sucessão, parte do Planalto teme a entrega do comando do Legislativo para o União Brasil.



Revisão de gastos

Mesmo no bojo de um governo em que a redução real de gastos não ocorrerá em nenhum momento, há alguns esforços importantes sendo executados que podem acarretar redução de despesas e abertura de maior espaço orçamentário no Brasil. É o caso da revisão de gastos públicos que se iniciou, em ritmo lento, durante o ano passado e deve ganhar tração ao longo de 2024.

Segundo a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), o governo está atualmente focado em combater fraudes e ineficiências nas despesas – como, por exemplo, o pente-fino realizado em benefícios ligados ao Programa Bolsa Família e à seguridade social – mas o próximo passo deve trazer avaliações de custo-benefício das políticas públicas vigentes no País.

Em outras palavras, qual o retorno e quanto custa cada programa para que as despesas sejam melhores alocadas dentro um orçamento já extremamente apertado. Recentemente, foi enviado junto a um Projeto de Lei para o Congresso a determinação de obrigatoriedade do cadastro dos benefícios fiscais e renúncias tributárias. Na prática, a iniciativa tem potencial para diminuir essa linha em relação ao PIB.

Segundo fontes da pasta, a obrigação do contribuinte em cadastrar todos os benefícios que possui facilitará o trabalho de checagem da Receita sobre se aquele benefício é ou não justificável. Hoje, segundo o fisco, é muito difícil fazer esse controle já que a renúncia de receita nem sempre é informada.



Crise no PSDB

Antes considerado um partido protagonista na política brasileira, o PSDB atualmente caminha a passos largos para exercer papel de coadjuvante. Após resultados decepcionantes, em todas as frentes, nas eleições de 2018 e 2022 e perda de uma série de prefeituras nas últimas eleições locais (2020), a sigla espera mais um recuo no número de cadeiras ocupadas por membros após o pleito de 2024.

Mais do que isso, a bancada tucana tem observado migrações de políticos ocupantes de cadeiras no Congresso nos últimos anos. No Senado, por exemplo, a legenda contava o a segunda maior bancada (9) após o teste das urnas de 2018. Em 2022, o número caiu pela metade e foi a 4; atualmente, apenas 1 senador da República, Plínio Valério (AM), representa o PSDB na Casa.

Na Câmara dos Deputados, a história se repete: de 2002, quando a bancada tucana chegou a 99 deputados, houve apenas decréscimo. Mais recentemente, antes das últimas eleições, a sigla contava com 22 deputados e acabou passando para apenas 13 – número que permanece, por ora, inalterado.

O problema, porém, se estende aos níveis estaduais e municipais. No último capítulo, ocorrido semana passada, toda a bancada de vereadores tucanos debandou para outras siglas após a direção nacional não chancelar o apoio do PSDB ao prefeito Ricardo Nunes (MDB) na disputa pela capital paulista. Há, ao contrário, vontade da executiva do partido para conceder apoio à deputada e pré-candidata pelo PSB em São Paulo, Tabata Amaral.



Governo Erdogan (Turquia)

Em linha com o movimentado ano de 2024 do ponto de vista eleitoral, com mais de metade da população mundial indo às urnas em algum momento, foi a vez da Turquia votar para as prefeituras e governos locais do país neste último domingo (31).

O resultado surpreendeu e foi negativo para o atual governo, comandado há mais de 20 anos pelo presidente Recep Erdogan. Apesar de se declarar como uma democracia, o atual regime político turco é considerado autoritário para uma série de organismos internacionais e acadêmicos que estudam essa área da ciência política. Um paralelo plausível para este entendimento (ainda que o exemplo seja, talvez, mais grave devido à recente perseguição de opositores) é o regime russo, sob o comando de Vladimir Putin.

Com comparecimento de 77% (vs 87% nas eleições presidenciais do ano passado, que garantiram mais um mandato a Erdogan), o resultado consolida a oposição como força política na Turquia em meio a uma série de medidas realizadas nos últimos anos pelo governo Erdogan a fim de concentrar poder e limitar o direito a crítica e ao contraditório.

O principal partido opositorista (CHP) sagrou-se vencedor em Istambul e manteve o controle da capital do país, Ancara, além de ter vencido outras 15 prefeituras espalhadas pelo país. O resultado forçou Erdogan a reconhecer publicamente a derrota e pode trilhar novos caminhos para a nação turca, imersa há anos em um cenário de hiperinflação e insatisfações cívico-sociais.

DISCLAIMER

A INSIDE RESEARCH LTDA. (“INSIDE”) declara que participou da elaboração do presente relatório de análise e é responsável por sua distribuição exclusivamente em seus canais autorizados, tendo como objetivo somente informar os seus clientes com linguagem clara e objetiva, diferenciando dados factuais de interpretações, projeções, estimativas e opiniões, não constituindo oferta de compra ou de venda de nenhum título ou valor mobiliário. Além disso, os dados factuais foram acompanhados da indicação de suas fontes e as projeções e estimativas foram acompanhadas das premissas relevantes e metodologia adotadas.

Todas as informações utilizadas neste documento foram redigidas com base em informações públicas, de fontes consideradas fidedignas. Embora tenham sido tomadas todas as medidas razoáveis para assegurar que as informações aqui contidas não são incertas ou equivocadas no momento de sua publicação, a INSIDE e os seus analistas não respondem pela veracidade das informações do conteúdo, mas sim as companhias de capital aberto que as divulgaram ao público em geral, especialmente perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As informações, opiniões, estimativas e projeções contidas neste documento referem-se à data presente e estão sujeitas a mudanças, não implicando necessariamente na obrigação de qualquer comunicação no sentido de atualização ou revisão com respeito a tal mudança. Para maiores informações consulte a Resolução CVM nº 20/2021, e, também, o Código de Conduta da Apimec para o Analista de Valores Mobiliários. Em cumprimento ao artigo 16, II, da referida Resolução CVM nº 20/2021.

As decisões de investimentos e estratégias financeiras sempre devem ser realizadas pelo próprio cliente, de preferência, amparado por profissionais ou empresas habilitadas para essa finalidade, uma vez que a INSIDE não exerce esse tipo de atividade.

Esse relatório é destinado exclusivamente ao cliente da INSIDE que o contratou. A sua reprodução ou distribuição não autorizada, sob qualquer forma, no todo ou em parte, implicará em sanções cíveis e criminais cabíveis, incluindo a obrigação de reparação de todas as perdas e danos causados, nos termos da Lei nº 9.610/98, além da cobrança de multa não compensatória de 20 (vinte) vezes o valor mensal do serviço pago pelo cliente.

Em conformidade com os artigos 20 e 21 da Resolução CVM nº 20/2021, o analista Eduardo Jamil Rahal (inscrito no CNPI sob o nº 2947) declara que (i) é o responsável principal pelo conteúdo do presente relatório de análise; (ii) as recomendações nele contidas refletem única e exclusivamente as suas opiniões pessoais e que foram elaboradas de forma independente, inclusive com relação à INSIDE.

LEVANTE

www.levanteideias.com.br

LVNT | corp
INSIDE

www.lvntcorp.com.br

LEVANTE | Asset
Management

www.levanteasset.com.br